




# RESENHA

Boletim da Diretoria Executiva da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - Fenafisco - ANO 3/ Nº 12/ Março 2019

## TODOS PELA PREVIDÊNCIA



“É na educação que assenta o grande segredo do aperfeiçoamento da humanidade”.

*Immanuel Kant*

A Fenafisco em esforço conjunto com sindicatos de diversas categorias e movimentos sociais, têm lutado ao longo de sua história contra as ameaças contidas em propostas encaminhadas ao Legislativo, destinadas a enfraquecer o Estado Democrático de Direito. A entidade atua em defesa dos interesses nacionais, batalhando permanentemente pela ampliação de políticas públicas pugnas pelos preceitos constitucionais, para que aos trabalhadores do setor público e privado sejam assegurados os direitos e estabelecidas condições para o desenvolvimento do país.

É chegado o momento de retomar a jornada de lutas para reafirmar o compromisso da classe fiscal com o Brasil, evitando assim a consolidação de injustiças irreparáveis à sociedade. Neste momento, a proposta de reforma da Previdência reflete a desconstitucionalização do sistema nacional em favor do mercado financeiro, sem prévio e informado debate com a população.

Nossa missão é trabalhar para que seja garantida a manutenção dos direitos sociais e construído um projeto de reforma estrutural, que fortaleça a captação de recursos, nos termos da legislação vigente, para garantir o aperfeiçoamento da Seguridade Social, por meio de transparência nas discussões e da fidelidade sobre os números do orçamento (com a devida separação das despesas com pagamentos de benefícios previdenciários daqueles de caráter social), tendo como premissa básica a necessária preservação das fontes de financiamento do sistema público.

**Fisco defende fortalecimento do movimento sindical**

Página 3

**Especialistas definem novas ações para RTS**

Página 4

**Fenafisco enfrenta Reforma da Previdência**

Página 8

## SERVIÇO PÚBLICO

# Fenafisco recebe entidades de segundo grau para Café Sindical

A Diretoria Jurídica e de Defesa Profissional promoveu na segunda quinzena de fevereiro encontro com representantes de entidades sindicais de segundo grau em Brasília, com o objetivo de debater os impactos da Ação Direta de Inconstitucionalidade – (ADI) 2.238 para o serviço público. A reunião, realizada em caráter de urgência, buscou definir estratégias para sensibilizar os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) a barrarem a ofensiva dos estados contra os servidores.

A depender do julgamento pelo STF, a flexibilização do funcionalismo público estará permitida, assim como cortes lineares na jornada de trabalho e orçamento, quando os gastos com as folhas de pagamentos superarem o limite máximo estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A diretora jurídica da Federação, Gabriela Vitorino, mostrou preocupação com o andamento da matéria, pautada para julgamento dia 27 de fevereiro. “A ADI 2.238, pode modificar a vida



de todos os servidores – ela vai julgar a constitucionalidade do artigo 23 da LRF, que permitiu aos governadores diminuir em 25% os salários, para alcançar um limite prudencial”, afirmou.

A Fenafisco elaborou um cronograma de ações que englobam agenda de mobilizações junto ao Supremo, oportunidade em que peças jurídicas foram entregues aos ministros.

Na oportunidade o grupo também discutiu mecanismos para a atuação das federações nacionais no âmbito do STF, dificultada pela restrição ao acesso da organização sindical, sobretudo do serviço público. Entre as ações elencadas há a solicitação de audiência com o presidente do STF, ministro Dias Tóffoli, para tratar do acesso à Suprema Corte por meio do controle concentrado.

## RESENHA

### Boletim da DirEx da Fenafisco

**Dir. de Comunicação Fenafisco**  
Marlúcia Ferreira Paixão

**Jornalista responsável**  
Wanúbia Lima – MTB 9585/DF

**Diagramação**  
Joksã Natividade

**Projeto Gráfico**  
Wanúbia Lima | Joksã Natividade

**Impressão:** Gráfica Ideal

**Tiragem:** 400 exemplares

## Entidades realizam trabalho em defesa dos servidores

A Fenafisco e representantes de entidades nacionais de segundo grau se reuniram com as lideranças do PT, no Senado e do PCdoB, na Câmara, em busca de apoio das legendas, que figuram como autoras nas ADIs que questionam a constitucionalidade dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Na pauta, além de questões atinentes ao universo sindical, o grupo relatou preocupação com a possível flexibilização da estabilidade do funcionalismo público, decorrentes do julgamento da ADI 2.238, pautado no STF.

O presidente Charles Alcantara, criticou a tentativa dos estados de transferir aos servidores o ônus decorrente da má gestão e do desequilíbrio orçamentário. “Os servidores públicos não podem ficar à mercê de cortes

salariais e redução de jornada por causa da crise fiscal no país. Isso afeta a sociedade, pois haverá também uma redução na cobertura do serviço público. Os governos não se preocupam com a LRF na hora de conceder renúncias, mas o fazem, na hora de implementar cortes em áreas prioritárias”, disse.

Na liderança do PCdoB na Câmara, os deputados Orlando Silva (SP) e Alice Portugal (BA) reafirmaram o apoio da bancada ao pleito dos servidores.

Frente ao desequilíbrio fiscal que se alastra, o Planalto articula com os governadores medidas, em que valida a redução de salários, adiamento de reajustes e corte de benefícios, em troca da aprovação da reforma Previdência.



## SERVIÇO PÚBLICO

## ADI 2.238 | STF inicia julgamento da flexibilização do serviço público

O diretor Celso Malhani, acompanhou o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2.238, no Supremo Tribunal Federal (STF), oportunidade em que foram feitas apenas as sustentações orais dos requerentes, do Ministério Público, da Advocacia-Geral da União e dos amici curiae.

Diante da crise fiscal que atinge a maioria dos estados, a Corte abriu discussão acerca de oito ações que questionam a constitucionalidade de trechos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em vigor desde 2000, que permitem aos estados flexibilizar a jornada de trabalho e reduzir a remuneração de servidores, ocasionando prejuízos sociais e econômicos às unidades federativas. O julgamento será retomado nas próximas sessões plenárias do STF.

Ao longo de fevereiro, a advogada da Fenafisco, Caroline Sena, coordenou ações em conjunto com outras dez entidades sindicais de segundo grau, que representam aproximadamente 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) servidores no país, na luta para evitar que a crise nos estados afete o quadro, por meio da redução salarial e



de carga horária dos funcionários públicos.

Entre os esforços empreendidos, foram promovidas reuniões pontuais com diversas categorias e realizado trabalho de mobilização no Supremo, oportunidade em que foram entregues ao relator da matéria, ministro Alexandre de Moraes e demais ministros da Corte, memoriais, em defesa dos interesses e direitos dos servidores e sociedade.

O referido julgamento tem sido impulsionado em meio à pressão exercida

pelos governadores recém-empossados e com dificuldades de caixa, que pleiteiam a derrubada da ADI. No início de fevereiro, secretários da Fazenda de sete Estados assinaram uma carta, enviada ao STF, em que pedem o fim da medida cautelar que impede a redução de carga horária e salários do funcionalismo.

A Fenafisco e demais entidades seguem mobilizadas, trabalhando em favor dos direitos dos servidores públicos, claramente ameaçados.

## Fenafisco questiona impactos da MP 873/19 no Ministério da Economia



Dirigentes de entidades que compõem o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), do qual a Fenafisco é filiada, foram recebidos pelo secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, Wagner Lenhart, em Brasília, para tratar dos impactos da Medida Provisória (MP) 873/2019, que obriga o paga-

mento da contribuição sindical e taxa associativa, via boleto bancário.

Na oportunidade, o diretor da Fenafisco, Celso Malhani, criticou a rapidez com que a MP foi assinada, sem possibilitar o diálogo com as bases para explicar suas implicações e os novos processos de cobrança. “É incrível falar que o governo pensa em moderniza-

ção, sendo que não pensa na inviabilização da atividade sindical. Um prejuízo para a representação democrática no país”, disse.

Segundo Lenhart, o governo não quer atacar os sindicatos, e sim preservar a autonomia das entidades de classe na relação que mantêm com seus filiados. “Entendemos que existem diversas ferramentas que facilitam essa interação entidade-associado, não sendo mais necessário preservar o direito dos servidores de terem o desconto em folha”, defendeu.

Larissa Benevides, consultora jurídica do Fonacate, lembrou que nos estados do Ceará, Espírito Santo e Pernambuco, algumas ações judiciais contra a MP já obtiveram liminares favoráveis, e que a OAB pleiteou nesta semana uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a medida, para que o direito constitucional à livre organização sindical seja preservado.

## TRIBUTAÇÃO

# Entidade recebe visita de Luiz Carlos Hauly



A Fenafisco recebeu visita do ex-deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) e do presidente do SINDAFEP-PR, Wanderci Polaquini, no início de fevereiro. Além de celebrar a aprovação do relatório da proposta de reforma tributária pela comissão especial da Câmara dos Deputados, o encontro teve como objetivo discutir a política nacional e o cenário futuro para a reforma dos tributos.

Na oportunidade, presidente Charles Alcantara parabenizou o trabalho realizado pelo então parlamentar no Congresso Nacional e oficializou o convite para que Hauly participe, eventualmente, das discussões sobre alterações na matriz tributária nacional, a serem promovidas pela entidade, com foco na correção da desigualdade social e de renda, resultantes do caráter regressivo do sistema.

## Grupo da RTS traça novas diretrizes de trabalho

Dirigentes da Fenafisco e Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) realizaram reunião em Brasília, com especialistas responsáveis pela elaboração das premissas da Reforma Tributária Solidária (RTS), com o objetivo de discutir a política fiscal adotada pelo governo, e as possibilidades jurídicas de positivar a proposta em questão, em um arcabouço legislativo, como Projetos de Lei, Propostas de Emenda à Constituição (PECs), ou emendas ao Orçamento da União.

O grupo de trabalho concentrou esforços em analisar os aspectos gerais do Sistema Tributário Nacional e dados das pesquisas que subsidiaram a RTS, cujo foco está em conseguir ampliar a arrecadação, por meio da diminuição dos tributos indiretos, (que incidem sobre o consumo e serviços), e ampliação da carga tributária direta - que incide sobre renda, riqueza e patrimônio.

Durante o encontro, foram abordados caminhos para o enfrentamento à crise fiscal que atravessa o país, relevância da justiça fiscal para minimizar as desigualdades, além de perspectivas sobre a estrutura tributária brasileira e suas lacunas, que resultam em prejuízos econômicos ao país.

## Curso capacita categoria para o trabalho parlamentar

Nos dias 18, 19 e 20 de fevereiro, a Fenafisco, em parceria com a Anfip, promoveu o curso de **Atuação Político-Parlamentar**, com o objetivo de capacitar a categoria a realizar o trabalho de mobilização nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional.

O curso foi dividido em duas etapas: online e presencial, que consistiu na realização do trabalho de campo dentro do Congresso.

Para o presidente Charles Alcantara, “é importante capacitar a categoria para a atuação parlamentar, por meio do conhecimento do papel, missão e funcionamento do Poder Legislativo, além de apontar estratégias para melhor acompanhar as decisões na Casa”.

A abertura do curso contou com palestras do jornalista Fred Ferreira, que abordou a otimização do trabalho, por meio de novas mídias. O perfil parlamentar dos deputados e senadores que ocuparam o Congresso Nacional, exposto pelo consultor sindical Vladimir Nepomuceno.

O encerramento foi marcado por jantar com os parlamentares. Compareceram: senadores Eduardo Gomes (MDB/TO) e Zenaide Maia (PROS/RN), deputados federais Átila Lira (PSB/PI), Célio Silveira (PSDB/GO), Celso Russomano (PRB/SP), Dr. Leonardo (Solidariedade/MT), Emanuel Pinheiro Neto (PTB/MT), Luis Miranda (DEM/DF), Marina Santos (PTC/PI), Mauro Nazif (PSB/RO), Natália Bonavides (PT/RN), Pastor Gildenemyr (PMN/MA), Rodrigo Coelho (PSB/SC).





## GIRO FENAFISCO



## Fisco estadual é recebido pelo senador Randolfe Rodrigues

Cumprindo a agenda política de visitas ao Congresso Nacional, o presidente da Fenafisco, Charles Alcantara e o diretor de Assuntos Parlamentares, Rogério Macanhão, se reuniram com o Senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), para tratar de assuntos que estão na iminência de serem pautados e que refletem os interesses do Fisco e da sociedade, como a estabilidade no serviço público e as reformas.

Durante a audiência, intermediada pelos dirigentes do Sindifisco-AP, Domingos João Salo-

mão (presidente) e Jean Carlos (Diretor de Comunicação), o grupo solicitou apoio do parlamentar para barrar projetos nocivos ao funcionalismo público e aos trabalhadores brasileiros. A articulação na Casa concentrou esforços no sentido de apontar a retirada de direitos prevista pela reforma previdenciária.

A Federação tem participado ativamente do diálogo sobre as mudanças nos sistemas previdenciário e tributário, junto a deputados e senadores.

## Nota de desagravo repudia ataques do ministro Gilmar Mendes à Receita Federal

Em solidariedade aos auditores fiscais da Receita Federal do Brasil, a Fenafisco publicou na imprensa, nota de desagravo manifestando extrema preocupação com as graves e desrespeitosas declarações do ministro do STF, Gilmar Mendes, em relação à carreira.

Em fevereiro, o ministro afirmou à mídia que estaria sendo perseguido, acusando os servidores do Fisco de abuso da autoridade para supostamente auferir vantagens, provar teses estapafúrdias ou mesmo extorquir, qualificando-os como “milícias” e “bando”.

No documento a entidade ressalta que as atividades desenvolvidas pelas administrações tributárias devem alcançar a todos os cidadãos, indistintamente e destacou a essencialidade do Fisco para funcionamento do Estado e da própria democracia. A nota também critica ações que limitem o exercício regular de sua função pública, em razão do poder político de quem possa se sentir incomodado com os resultados de seus esforços.

“Que se apure os arroubos autoritários e discricionários, infelizmente tão comuns em diversas instituições, mas que se estabeleça um limite muito claro entre a legítima insatisfação e a perigosa tentativa de aquebrantar a Receita Federal do Brasil, que serve ao País, ao seu povo e à democracia”, finaliza o documento.

## Fenafisco prestigia lançamento do livro de 30 anos do Sindifisco-PE

O diretor de Formação Sindical, Francelino Valença, participou do evento de lançamento do livro **Lutas e Conquistas Rumo ao Futuro**, que narra a história dos 30 anos do Sindifisco-PE.

A publicação traz memórias e registros de batalhas travadas e vitórias alcançadas ao longo de três décadas de atuação, em prol da manutenção e aperfeiçoamento da Administração Tributária

Valença, que já integrou a diretoria do sindicato, parabenizou a atuação da entidade em defesa dos servidores do Fisco.

“Ao reconhecer a trajetória do Sindifisco-PE e seu sólido alicerce para enfrentar os desafios a Fenafisco reforça o apoio ao sindicato, para a consecução das reivindicações defendidas pela categoria.



## PREVIDÊNCIA

## Mobilização parlamentar mira na reforma da Previdência

Com o objetivo de acompanhar a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 6/2019, (reforma da Previdência), dirigentes do Fisco estadual realizaram mais uma etapa do trabalho de mobilização, na Câmara dos Deputados, em março, sob coordenação do diretor para Assuntos Parlamentares Rogério Macanhão.

Na oportunidade, a comitiva abordou diversos deputados e formalizou o convite para que fortaleçam o relançamento da **Frente em Defesa da Previdência Social**, no dia 20 de março – ato que reuniu sindicatos, associações, federações, centrais sindicais, além de deputados federais e senadores. O evento amplamente apoiado pela Fenafisco visa garantir a manutenção dos direitos sociais e requerer uma proposta de reforma estrutural, que tenha como propósito garantir a segurança jurídica e atuarial do sistema de Seguridade Social.

A articulação na Casa também se pautou no sentido de apontar ao parlamento a retirada de direitos e desconstitucionalização da Previdência Pública, via Lei Complementar, prevista pela reforma em curso, bem como solicitar amplo debate sobre o tema junto à sociedade.

Antes de partirem para o corpo a corpo no Congresso Nacional o grupo de sindicalistas do Fisco se reuniu na sede da Fenafisco, em Brasília, para conversa preliminar e estudo dirigido do conteúdo da reforma da Previdência, ocasião em que foram destacados pontos preocupantes do texto que versam sobre as regras de transição, idade, capitalização, verbas variáveis, entre outros.

Após análises e discussões, foram definidas estratégias para serem encaminhadas como propostas ao Conselho

Deliberativo, a exemplo da criação da Comissão de reforma da Previdência, cujo objetivo é depurar o texto da reforma, como pilar para edição de cartilha informativa, a ser repassada às bases, como explica Macanhão. “Iremos trabalhar a desmistificação da PEC 6/2019, em defesa da categoria como um todo. Queremos abrir o diálogo com a base, para que juntos possamos promover encontros estaduais e regionais, com a finalidade debater e enfrentar a reforma”.



## Fonacate intensifica diálogo com o governo

Em continuidade à pauta de diálogo com o governo para tratar de questões estruturais como as reformas da Previdência e tributária e a qualidade do serviço público, o Fórum das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) foi recebido pelo diretor do Departamento de Relações Não-Governamentais, da Secretaria de Governo da Presidência da República, Miguel Franco.

Na oportunidade, o diretor Celso Malhani relatou a preocupação da entidade com o futuro da Previdência dos trabalhadores brasileiros e com o Brasil, diante da proposta de capitalização integral das futuras aposentadorias. “O país vai jogar

seus trabalhadores do Regime Geral e Regimes Próprios em uma espiral de miséria e, ainda sofrerá impacto negativo na economia de dimensões ainda inimagináveis. É preciso mostrar a sociedade de onde o governo pretende tirar recursos para financiar o sistema nos próximos 20 anos. A capitalização, na modalidade anunciada pode quebrar o Brasil”, alertou.

Franco recebeu do grupo a Nota Pública, de 5 de fevereiro, elaborada pelo Fonacate e pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), com críticas à minuta de reforma da Previdência que vazou na imprensa.

Os representantes das entidades também pontuaram os ataques do governo anterior aos servidores públicos e reiteraram a relevância de um debate sobre as reformas da Previdência e tributária antes de qualquer decisão final do governo.

“Somos favoráveis a uma reforma previdenciária. Acreditamos que o sistema precisa de melhorias. Só não concordamos com o modelo e como a matéria está sendo colocada, sem debates, sem ouvir o cidadão e os representantes dos servidores. Nossa sugestão, inclusive, é que se aprove a reforma tributária antes da reforma da Previdência”, salientou Juracy Soares, presidente da Febrafite.



## PREVIDÊNCIA

## Senado amplia debate sobre Previdência

Em audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado, o diretor Francelino Valença e representantes de entidades parceiras da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social discutiram os efeitos nocivos da PEC, 6/2019, que prevê profundas mudanças para o acesso à aposentadoria.



O debate, de iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS,) teve como objetivo ampliar a discussão sobre o modelo de Previdência proposto pelo governo no contexto brasileiro e seus impactos na vida do trabalhador, oportunidade em que Valença defendeu a manutenção dos direitos sociais e uma reforma estrutural do sistema, capaz de garantir o financiamento da Seguridade Social.

Valença também criticou a disseminação de informações incompletas, divulgadas como argumento para impor “reformas” que visam sacrificar os mais pobres em favor do mercado finan-

ceiro, bem como a concessão de incentivos fiscais, desonerações e desvinculação de receitas. “A PEC 6/2019 não é reforma. Ela representa o desmonte da Previdência pública em um cenário onde o lucro está acima de tudo e os banqueiros acima de todos. O governo e a mídia afirmam que o “rombo previdenciário” ultrapassa os R\$ 195 bilhões, mas nada falam sobre os números das renúncias previdenciárias, que nos últimos anos superaram R\$ 140 bi. A reforma necessária não pode suprimir direitos sociais”, afirmou.

O senador Paim, que conduziu o de-

bate, lembrou que o projeto, no moldes apresentados ao Congresso Nacional vai penalizar trabalhadores com o aumento do tempo de contribuição, privatização do auxílio-acidente, auxílio-doença e aposentadoria por invalidez; o aumento da idade para o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) integral, além da elevação da idade mínima, para efeito de aposentadoria. “Temos que ampliar o debate e mobilizar a sociedade. A reforma da Previdência deve buscar por justiça social e equilíbrio atuarial, sem atentar contra os direitos daqueles que constroem o Brasil”, disse.

## Fenafisco elabora propostas de emenda ao texto da reforma



Francelino Valença, participou nos dias 12 e 13 de março, de reunião junto Fonacate, para estudar o texto da PEC 6/2016. A reunião buscou diagnosticar os impactos da reforma da Previdência à sociedade e definir diretrizes de atuação conjunta, em defesa da Seguridade Social. A Fenafisco é incumbida de elaborar adequações ao projeto que tramita no Congresso Nacional.

Valença destacou a responsabilidade social da Fenafisco no processo de luta e defesa da classe e da sociedade brasileira, além de reiterar que a reforma tributária é a alternativa para fortalecer o Estado Social, seu financiamento e a modernização do sistema previdenciário, sem sacrificar a população.

“A proposta pretende desconstitucionalizar a Previdência, via Lei Complementar para retirar direitos e garantias. Para barrar o projeto será necessário integração, por meio de ampla mobilização, envolvendo a sociedade, os mo-

vimentos sociais e organizações civis”, afirmou.

Ao longo da reunião, o grupo concluiu que a PEC necessita de mais de 30 modificações, em pontos que versam sobre a capitalização; Verbas variáveis; Regras de transição; Pensões; Benefício de Prestação Continuada e outros.

Em assembleia realizada pelo Fórum logo após o envio da proposta ao Congresso Nacional, o professor da UFRGS, Juarez Freitas, apresentou análise jurídica da PEC ressaltando a desconstitucionalização.

“É preciso resguardar o núcleo essencial da segurança jurídica no que concerne à Previdência.” Para ele, ao aumentar a alíquota de contribuição, a proposta invade o campo tributário. “Esta reforma chega mexendo nas vidas das pessoas, causando insegurança, não só jurídica”, alertou.

## PREVIDÊNCIA

# Sindicalistas reforçam oposição à reforma previdenciária

O diretor de Aposentados e Pensionistas, Celso Malhani, participou de todas as reuniões realizadas pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, na Câmara dos Deputados, para delinear junto a parlamentares e dirigentes sindicais de várias categorias do serviço público, ações conjuntas para o enfrentamento à reforma previdenciária.

Durante os encontros, coordenados pelo senador Paulo Paim (PT-RS), as entidades apoiadoras da Frente, (relançada dia 20/3), classificaram a PEC 6/2019 como perversa, por punir os mais pobres com a retirada de garantias constitucionais. Segundo Paim, “todos serão penalizados, as mulheres, os aposentados, os aposentandos e os trabalhadores tanto da iniciativa privada como da pública”.

Malhani reforçou o posicionamento contrário da Fenafisco ao projeto, nos moldes apresentados. “Quaisquer propostas de reforma da Previdência necessitam de amplo debate com a sociedade, assegurando-se absoluta transparência e fidelidade sobre os números do orçamento da Seguridade Social, inclusive com a devida separação das despesas com pagamentos de benefícios previ-

denciários daqueles de caráter social ou outros encargos, tendo como premissa básica a necessidade de preservação dos direitos adquiridos”, advertiu.

### CAPITALIZAÇÃO

O auditor fiscal rechaçou as constantes ofensivas do Planalto contra os servidores públicos, responsabilizados pela crise fiscal. “O ônus de políticas de renúncias e desonerações, não pode ser transferido aos trabalhadores brasileiros”, afirmou.

Na ocasião o dirigente voltou a criticar o sistema de capitalização, inspirado no modelo chileno e defendido pelo ministro Paulo Guedes (Economia). “A capitalização não será uma opção ao trabalhador, caso empregadores sejam eximidos de contribuir. Não haverá dinheiro para pagar as aposentadorias se este regime for integralmente implantado. Existe um custo para subsidiar o período de transição e é nesse momento que haverá falta de receita para financiar o sistema. Passados dez anos isso vai representar sua total quebra”, disse.



## Nota em apoio à Carta dos Governadores do Nordeste

*A Fenafisco, em alusão à Carta dos Governadores do Nordeste proclamada em São Luís do Maranhão, no dia 14 de março, manifestou por meio de nota, apoio e reconhecimento ao importante gesto político em defesa da democracia e do Estado Social, da lavra dos governadores daquela região.*

**Da histórica Carta, a entidade destaca muito especialmente o seguinte:**

1. Posição contrária à desvinculação das receitas orçamentárias, que resultaria em graves prejuízos à população mais pobre e mais dependente dos serviços públicos, pela fatídica redução de recursos para despesas hoje obrigatórias com saúde e educação, além dos fundos constitucionais;
2. Rejeição à desconstitucionalização da Previdência Social, que fulmina direitos e garantias fundamentais aos cidadãos e cidadãs;
3. Rejeição à substituição do sistema solidário pelo de capitalização individual, porque socialmente injusto e porque potencialmente prejudicial às contas públicas.

Ainda que a referida Carta não tenha caráter normativo, tampouco efeito vinculante sobre os votos dos parlamentares federais dos respectivos entes subnacionais, a Fenafisco ressalta o extraordinário valor simbólico da iniciativa dos oito governadores e da governadora.

Sem prejuízo das eventuais e salutar divergências que certamente pautam as relações entre os diversos gestores estaduais e entre esses e a Fenafisco, DECLARAMOS a firme disposição desta entidade nacional ao diálogo franco, democrático e colaborativo com todos (as) os(as) governadores(as) a respeito de quaisquer assuntos que dizem respeito aos interesses da sociedade brasileira.